

**1.000**

QUESTÕES PARA O

**TJ-RJ**

**TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA**

# SUMÁRIO

## LÍNGUA PORTUGUESA.....13

→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	13
→ ACENTUAÇÃO.....	13
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	13
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	15
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO .....	16
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS .....	17
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS .....	17
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS .....	17
→ FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS .....	18
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	19
→ CRASE.....	21
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	23
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC) .....	25
→ LINGUAGEM FORMAL E INFORMAL .....	27
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO) .....	29
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	35
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	38
→ GABARITO 	40

## LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....43

→ PROVIMENTO, EXERCÍCIO E VACÂNCIA (ARTS. 1º A 17 DO DL N° 220/1975 E 1º A 86 DO DEC N° 2.479/1979) .....	43
→ REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 34 A 57 DO DL N° 220/1975 E 271 A 303 DO DEC N° 2.479/1979) .....	43
→ PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 58 A 82 DO DL N° 220/1975 E 304 A 349 DO DEC N° 2.479/79).....	44
→ GABARITO 	44

## NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....45

→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI N° 13.146/2015).....	45
→ DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI N° 13.146/2015).....	46

→ DO DIREITO À VIDA (ARTS. 10 A 13 DA LEI Nº 13.146/2015) .....	46
→ DO DIREITO À HABILITAÇÃO E À REABILITAÇÃO (ARTS. 14 A 17 DA LEI Nº 13.146/2015) .....	46
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 18 A 26 DA LEI Nº 13.146/2015) .....	47
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146/2015) .....	48
→ DO DIREITO AO TRABALHO (ARTS. 34 A 38 DA LEI Nº 13.146/2015) .....	49
→ DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER (ARTS. 42 A 45 DA LEI Nº 13.146/2015) .....	50
→ DO DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE (ARTS. 46 A 52 DA LEI Nº 13.146/2015) .....	50
→ DA ACESSIBILIDADE (ARTS. 53 AO 76 DA LEI Nº 13.146/2015) .....	50
→ DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ARTS. 77 E 78 DA LEI Nº 13.146/2015) .....	51
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 79 A 87 DA LEI Nº 13.146/2015) .....	51
→ DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 92 AO 95 DA LEI Nº 13.146/2015) .....	52
→ LEI Nº 10.048/2000 - ATENDIMENTO PRIORITÁRIO .....	53
→ LEI Nº 10.098/2000 - ACESSIBILIDADE DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA .....	53
→ GABARITO 	53
 ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO .....	55
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 12.846/2013) .....	55
→ DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA (ART. 5º DA LEI Nº 12.846/2013) .....	57
→ DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (ARTS. 6º E 7º DA LEI Nº 12.846/2013) .....	57
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (ARTS. 8º A 15 DA LEI Nº 12.846/2013) .....	58
→ DO ACORDO DE LENIÊNCIA (ARTS. 16 E 17 DA LEI Nº 12.846/2013) .....	58
→ DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 12.846/2013) .....	59
→ DISPOSIÇÕES FINAIS (ARTS. 22 A 31 DA LEI Nº 12.846/2013) .....	60
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992) .....	60
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992) .....	60
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992) .....	61
→ DA DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13 DA LEI Nº 8.429/1992) .....	61
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992) .....	62
→ DAS DISPOSIÇÕES PENais (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992) .....	62
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429/1992) .....	62
→ ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO - ÉTICA, MORAL, PRINCÍPIOS E VALORES .....	63
→ ÉTICA, DEMOCRACIA E CIDADANIA .....	64
→ ÉTICA NO SETOR PÚBLICO E FUNÇÃO PÚBLICA .....	64
→ GABARITO 	64
 NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO .....	65
→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO .....	65
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS .....	65

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	66
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....	66
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO .....	67
→ PODER REGULAMENTAR.....	67
→ PODER HIERÁRQUICO .....	68
→ PODER DISCIPLINAR .....	69
→ PODER DE POLÍCIA.....	70
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	71
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS) .....	72
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....	72
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	73
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	73
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....	74
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO .....	75
→ EXCLUDENTES E ATENUANTES DE RESPONSABILIDADE.....	75
→ RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS OMISSIVOS.....	76
→ RESPONSABILIDADE POR ATOS LEGISLATIVOS E JUDICIAIS .....	76
→ CASOS ESPECIAIS (DANOS DECORRENTES DE OBRA PÚBLICA, RESPONSABILIDADE DOS TABELIÃES, ETC.) .....	77
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	78
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS .....	78
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	79
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	79
→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784/1999).....	79
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999).....	81
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 9.784/1999).....	81
→ FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO (ARTS. 22 A 25 DA LEI Nº 9.784/1999).....	82
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS (ARTS. 26 A 28 DA LEI Nº 9.784/1999).....	83
→ DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO (ARTS. 53 A 55 DA LEI Nº 9.784/1999).....	83
→ DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO (ARTS. 56 A 65 DA LEI Nº 9.784/1999) .....	83
→ DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (ARTS. 69 E 70 DA LEI Nº 9.784/1999).....	84
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021) .....	85
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	85
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	85
→ PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 104 DA LEI Nº 14.133/2021) .....	87
→ RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO (ART. 140 DA LEI Nº 14.133/2021) .....	88
→ PAGAMENTOS (ARTS. 141 A 146 DA LEI Nº 14.133/2021).....	88
→ NULIDADE DOS CONTRATOS (ARTS. 147 A 150 DA LEI Nº 14.133/2021) .....	88

→ MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS (ARTS. 151 A 154 DA LEI Nº 14.133/2021).....	89
→ GABARITO 	90

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL ..... 91

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	91
→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	91
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	92
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988) .....	93
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988) .....	93
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS) .....	94
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS .....	95
→ PERDA DA NACIONALIDADE .....	95
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE) .....	96
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE .....	96
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	97
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	98
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988) .....	98
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	100
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	101
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	102
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988) .....	104
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	104
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	105
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988) .....	106
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988).....	107
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	107
→ DOS DEPUTADOS E SENADORES (ARTS. 53 A 56 DA CF/1988).....	108
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	109
→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988).....	109
→ COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS (PODER JUDICIÁRIO, ART. 96 DA CF/1988) .....	110
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988).....	110
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO) .....	111
→ FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	111
→ COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	112
→ GARANTIAS E VEDAÇÕES (MINISTÉRIO PÚBLICO) .....	112
→ MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS .....	113
→ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP .....	113
→ QUESTÕES MESCLADAS DE MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 127 A 130 DA CF/1988) .....	113

→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988) .....	114
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988) .....	114
→ GABARITO 	115

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....117

→ DIREITO DIGITAL - LEI N° 11.419/2006 - INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL .....	117
→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988).....	117
→ DA JURISDIÇÃO (ART. 16).....	118
→ DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20).....	119
→ DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ARTS. 21 A 41) .....	119
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	120
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76).....	120
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....	121
→ DOS PROCURADORES (ARTS. 103 A 107) .....	122
→ DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES (ARTS. 108 A 112).....	122
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	122
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138).....	123
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 176 A 181).....	124
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 182 A 184).....	125
→ DA DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 185 A 187) .....	125
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	126
→ DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 212 A 217).....	126
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	126
→ DAS CARTAS (ARTS. 260 A 268).....	128
→ DAS NULIDADES (ARTS. 276 A 283) .....	128
→ DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO (ARTS. 284 A 290).....	128
→ DO VALOR DA CAUSA (ARTS. 291 A 293).....	129
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311).....	129
→ DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO (ARTS. 312 A 317).....	130
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	130
→ DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO (ART. 332) .....	131
→ DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334).....	131
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342) .....	132
→ DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO (ARTS. 347 A 353).....	133
→ DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO (ARTS. 354 A 357) .....	133
→ DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (ARTS. 358 A 368).....	134
→ DA PROVA DOCUMENTAL (ARTS. 405 A 438) .....	134
→ DA PROVA TESTEMUNHAL (ARTS. 442 A 463) .....	134
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	135
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538) .....	135
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008) .....	136

→ DA APELAÇÃO (ARTS. 1.009 A 1.014).....	136
→ DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020) .....	137
→ DO AGRAVO INTERNO (ART. 1.021) .....	137
→ DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 1.022 A 1.026) .....	138
→ DOS RECURSOS PARA O STF E STJ (ARTS. 1.027 A 1.044) .....	138
→ LEGISLAÇÃO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ESPECIAL - DO MANDADO DE SEGURANÇA (LEI Nº 12.016/2009 E CF/1988) .....	138
→ DA AÇÃO POPULAR (LEI Nº 4.717/1965 E CF/1988).....	139
→ DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI Nº 7.347/1985 E CF/1988) .....	140
→ GABARITO 	140

## **NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL ..... 143**

→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP) .....	143
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP) .....	144
→ DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP) .....	146
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 257 A 258 DO CPP).....	147
→ DO ACUSADO E SEU DEFENSOR (ARTS. 259 A 267 DO CPP).....	147
→ DOS ASSISTENTES (ARTS. 268 A 273 DO CPP) .....	148
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ARTS. 274 A 281 DO CPP).....	148
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP) .....	148
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP) .....	150
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP).....	152
→ DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320 DO CPP).....	154
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	155
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 351 A 372 DO CPP).....	157
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397 DO CPP).....	159
→ FASE INSTRUTÓRIA (ARTS. 399 A 405 DO CPP).....	160
→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392 DO CPP) .....	162
→ DO PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO (ARTS. 531 A 538 DO CPP).....	164
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ARTS. 513 A 518 DO CPP) .....	164
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP) .....	164
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP).....	166
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 791 A 811 DO CPP).....	168
→ GABARITO 	168

## **LEGISLAÇÃO ..... 171**

→ LEGISLAÇÃO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ESPECIAL - LEI Nº 9.099/1995 - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS .....	171
→ LEI Nº 12.153/2009 - JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA .....	177

→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62 DA LEI Nº 9.099/1995) .....	178
→ DA COMPETÊNCIA E DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 63 A 68 DA LEI Nº 9.099/1995) .....	179
→ DA FASE PRELIMINAR (ARTS. 69 A 76 DA LEI Nº 9.099/1995) .....	180
→ DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (ARTS. 77 A 83 DA LEI Nº 9.099/1995) .....	181
→ DA EXECUÇÃO, DAS DESPESAS PROCESSUAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS (ARTS. 84 A 92 DA LEI Nº 9.099/1995) .....	183
→ GABARITO 	186

# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

## → DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

**1. (FGV – 2024)** De acordo com o artigo 4º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil deve observar alguns princípios nas suas relações internacionais.

Nesse sentido, analise os itens a seguir:

- I. Dependência internacional;
- II. Prevalência dos direitos humanos;
- III. Defesa da paz, exceto nas situações de guerra;
- IV. Repúdio ao racismo.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

**2. (FGV – 2024)** De acordo com a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem os seguintes fundamentos, à exceção de um. Assinale-o:

- a) A soberania.
- b) A cidadania.
- c) A dignidade da pessoa humana.
- d) A vedação ao pluralismo político.
- e) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

**3. (FGV – 2023)** A Constituição Federal vigente anuncio que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito.

No que diz respeito a democracia é correto afirmar que

- a) a teoria da democracia moderna surge em razão dos fragilidades do sistema participativo, em que os dissensos acabam prevalecendo, gerando a atual polarização.
- b) a democracia é exercida exclusivamente pelos representantes escolhidos pelo povo, responsáveis pela tomada de decisão, resultante do exercício legítimo de seu mandato.
- c) a democracia brasileira tem como um dos seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- d) no Brasil temos um exemplo de democracia direta, considerando que a Constituição prevê expressamente que o poder emana do povo.

- e) os movimentos sociais sempre são representações democráticas, tendo em vista que é a representação direta da vontade do povo ou de parcela de um grupo social.

**4. (FGV – 2021)** De acordo com o Art. 3º da Constituição Federal, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem os a seguir listadas, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Expandir o território por meio de tratados e alianças.
- e) Promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação.

**5. (FGV – 2015)** A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que ela é formada pela união:

- a) indissolúvel dos Estados e dos Municípios;
- b) indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- c) dissolúvel dos Estados, dos Municípios e dos Territórios;
- d) indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- e) dissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

## → GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

**6. (FGV – 2015)** Os denominados direitos sociais apresentam algumas distinções em relação aos direitos individuais, daí decorrendo variações quanto ao seu delineamento e à sua projeção na realidade. A partir dessas distinções, analise as afirmativas a seguir:

I. Os direitos individuais transmudam-se em sociais sempre que analisados sob a ótica coletiva, alcançando a sociedade como um todo.

II. O direito de greve é um direito social, não dependendo de uma prestação estatal específica para o seu exercício.

III. As liberdades clássicas são incluídas na categoria dos direitos individuais e atuam como limitadores à ação estatal sobre a esfera jurídica individual.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I;
- b) somente III;

- c) somente I e II;
  - d) somente II e III;
  - e) I, II e III.
- 

**7. (FGV – 2015)** Alguns intelectuais estão chamando de “judicialização dos conflitos sociais” o fato de que os setores mais fragilizados da sociedade começam a apelar ao Poder Judiciário a fim de fazer valer os seus direitos sociais e de cidadania, dentre outros. Esse fenômeno revela que ao mesmo tempo em que a promulgação da Constituição Federal de 1988 ampliou direitos:

- a) a renda mínima do trabalhador experimentou uma melhora significativa;
  - b) houve a negação dos direitos conquistados nas instâncias administrativas;
  - c) a “questão social” virou objeto de enfrentamento sistemático do Estado;
  - d) o Estado ampliou o seu leque de proteção social a partir da contratação de profissionais;
  - e) o mundo do trabalho experimenta uma exponenciação em termos de postos de trabalho.
- 

#### → DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

**8. (FGV – 2024)** A Emenda Constitucional nº 45/2004, conhecida por ter instituído a Reforma do Judiciário, também trouxe importante inovação no que tange à disciplina do processo de internalização dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.

A esse respeito, é correto afirmar que

- a) desde o advento da Constituição da República, o STF entende que os tratados de direitos humanos têm natureza de norma constitucional, independente do quórum de aprovação pelo Congresso Nacional.
  - b) parte da doutrina defende que os tratados de direitos humanos são incorporados pelo regime jurídico interno com status de norma infralegal.
  - c) as convenções internacionais de direitos humanos são firmadas pelo representante do Ministério das Relações Exteriores autorizados pelo Presidente da República para assunção de responsabilidades internacionais.
  - d) as obrigações decorrentes dos tratados internacionais de direitos humanos deverão prevalecer ao disposto na Constituição Federal, uma vez que os direitos fundamentais não se equiparam aos direitos humanos.
  - e) o Art. 5º, § 3º regulamenta a hipótese de equiparação à emenda constitucional dos tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos aprovados por quórum qualificado pela casa legislativa.
- 

**9. (FGV – 2023)** A liberdade de expressão e a livre manifestação do pensamento são direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal de 1988. Entre os termos pelos quais a Constituição garante estes direitos encontramos os a seguir listados, a exceção de um Assinale-o.

- a) A livre manifestação Intelectual, artística, e científica independente de censura.
  - b) O sigilo de fonte, somente quando necessário para o exercício de profissão.
  - c) A reunião pacífica, incluindo protesto, Independente de licença ou autorização.
  - d) O direito de acesso à informação pela via de procedimento de habeas data.
- 

- e) A manifestação de perseguidos politicamente ou minoria social ou religiosa de se manifestar publicamente de maneira anônima para evitar perseguição.
- 

**10. (FGV – 2022)** Maria foi convocada, pelo poder público, para desempenhar determinada atividade de interesse coletivo prevista em lei, uma única vez, em determinado dia da semana. De posse do instrumento de convocação, compareceu à repartição e comunicou que não iria participar da referida atividade, que considerava injustificável à luz da razão humana, afrontando, com isso, a filosofia racionalista da qual era prosélita.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria agiu de maneira:

- a) lícita, mas deve cumprir prestação alternativa prevista em lei, sob pena de ter os direitos políticos suspensos em caso de recusa;
  - b) lícita, mas somente se a lei prever uma prestação alternativa passível de ser cumprida, caso contrário, deve sofrer as sanções previstas em lei;
  - c) ilícita, pois a objeção de consciência deve estar lastreada em crença religiosa, não em convicção filosófica, estando sujeita às sanções cominadas em lei;
  - d) lícita, desde que a lei que instituiu a obrigação preveja expressamente a faculdade de não ser cumprida, daí decorrendo a incidência das sanções cominadas;
  - e) ilícita, pois a recusa em cumprir obrigação legal a todos imposta, em qualquer caso, afronta a isonomia, devendo ser privada de sua cidadania nas acepções ativa e passiva.
- 

**11. (FGV – 2018)** Pedro, servidor público estadual, respondeu a processo administrativo disciplinar e recebeu, ao final, a sanção de suspensão de 10 (dez) dias, o que também lhe acarretou outros prejuízos estatutários, como a impossibilidade de ser promovido por merecimento nos dois anos seguintes. Apesar da gravidade das consequências, Pedro não foi defendido por advogado.

Considerando as garantias constitucionais asseguradas aos brasileiros em geral, a ausência de defesa por advogado:

- a) não afronta a ordem constitucional, desde que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
  - b) não afronta a ordem constitucional, desde que Pedro tenha renunciado ao direito à defesa por advogado;
  - c) afronta a garantia constitucional do devido processo legal;
  - d) afronta a garantia constitucional da ampla defesa;
  - e) afronta a garantia constitucional do contraditório.
- 

**12. (FGV – 2017)** De acordo com o Art. 5º da Constituição Federal de 1988, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Tal sentença se expressa, entre outros, nos termos apresentados nas afirmativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
  - b) É plena a liberdade de associação de caráter civil, militar ou paramilitar, para fins lícitos.
  - c) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
  - d) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
  - e) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
-

## → DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)

**13. (FGV – 2025)** Lucas, adolescente com 13 anos de idade e devidamente matriculado na rede municipal de ensino, pretende, após as aulas matinais, exercer atividade laborativa para contribuir na renda mensal do seu núcleo familiar, composto pelos seus pais e por um irmão mais novo.

Nesse cenário, considerando as disposições expressas da Constituição Federal, em tema de direitos sociais, é correto afirmar que:

- por ter apenas 13 anos de idade, Lucas, ainda que esteja devidamente matriculado na rede municipal de ensino, não poderá exercer qualquer trabalho, nem mesmo na condição de aprendiz;
- com a concordância dos seus pais, Lucas poderá trabalhar na qualidade de aprendiz, vedando-se, apenas, atividades laborativas noturnas ou perigosas;
- como está matriculado na rede municipal de ensino, Lucas poderá exercer atividade laborativa, salvo trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- caso haja a concordância expressa dos seus pais, Lucas poderá exercer atividade laborativa, ainda que se trate de trabalho noturno;
- salvo na condição de aprendiz, o adolescente Lucas não poderá exercer qualquer trabalho.

**14. (FGV – 2024)** Os direitos sociais, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, representam uma dimensão crucial dos direitos e garantias fundamentais que norteiam a sociedade brasileira.

Com relação aos direitos sociais, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social tem direito a uma renda básica familiar.  
 ( ) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.  
 ( ) O seguro-desemprego é direito dos trabalhadores rurais, em caso de desemprego voluntário.

As afirmações são, respectivamente,

- F – V – F.
- F – V – V.
- V – F – F.
- V – V – F.
- V – F – V.

**15. (FGV – 2024)** A constituição federal brasileira (1988) estabelece que o lazer é um

- direito social.
- artefato social.
- dever das associações privadas.
- direito subordinado ao trabalho.
- dever supranacional do indivíduo.

**16. (FGV – 2022)** Leia os trechos a seguir.

– Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa de transferência de renda.

– É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Os trechos exemplificam uma espécie de direitos fundamentais classificada como

- direitos sociais.
- direitos políticos.
- direitos individuais.
- direitos de nacionalidade.
- direitos relativos à existência de partidos políticos.

**17. (FGV – 2017)** Após regular convocação, foi decidido, em assembleia geral da confederação sindical dos trabalhadores domésticos, entidade de caráter nacional, que seriam ajuizadas as ações necessárias à concretização dos direitos da categoria. Para a assembleia geral, era um desrespeito o fato de os trabalhadores domésticos, que são expressamente mencionados na Constituição Federal de 1988, não contarem com um “piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho”, diversamente ao que ocorria com outras categorias. Por tal razão, foi solicitado ao departamento jurídico que se posicionasse a esse respeito, o que efetivamente foi feito.

Entre as proposições abaixo, a única que se ajusta à sistemática constitucional e que foi encampada pelo departamento jurídico é:

- a categoria tem direito a um piso regional, mas não nacional, sendo cabível a ação de inconstitucionalidade por omissão perante cada Tribunal de Justiça;
- a categoria tem direito a um piso nacional, mas não regional, sendo cabível o mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal;
- a categoria tem direito a um piso regional, mas não nacional, sendo cabível o mandado de injunção perante cada Tribunal de Justiça;
- a categoria tem direito a um piso nacional, sendo cabível a ação de inconstitucionalidade por omissão perante o Supremo Tribunal Federal;
- apesar das conquistas obtidas pela categoria nos últimos anos, não lhe foi assegurado um piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

## → DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988)

**18. (FGV – 2024)** João, hábil artesão, recebeu comunicado de que sua filiação à Associação dos Artesãos do Município Alfa, fora realizada de modo tácito, considerando os benefícios obtidos pela associação para a generalidade dos artesãos do Município Alfa, entre os quais figurava João.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que

- apesar de ser possível a filiação, sem a aquiescência de João, ela deveria ter sido antecedida de prazo para que ele afirmasse se desejava, ou não, se filiar.
- João não pode se beneficiar dos benefícios obtidos pela associação sem concorrer para o seu custeio, logo, sua filiação foi feita corretamente.
- apesar de a filiação pressupor a manifestação de vontade, esta pode ser expressa ou tácita, logo, não há irregularidade no proceder da associação.
- apesar de a filiação ter sido realizada de modo correto, João pode requerer a sua desfiliação ao juiz competente.
- a filiação de João, sem sua manifestação de vontade, foi realizada de modo ilícito.

**19. (FGV – 2024)** Embora a liberdade de associação seja um direito constitucional, vedada a interferência e a intervenção por parte do Poder Público na organização sindical, algumas restrições foram impostas nesse sentido.

Assinale a alternativa que apresenta uma dessas restrições.